

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**O Espírito Santo saiu do adro**

Como afirmou Black (2005), a melhor forma de roubar um banco é ter um. A experiência portuguesa também o comprova

**Carlos Pimenta**

29 de Outubro de 1929. Declara-se a então mais destruidora e prolongada crise do capitalismo. Quatro anos de quebra nos negócios, seguida de seis de estagnação, apenas superada pela Guerra Mundial (1939/45). O presidente Roosevelt dos EUA percebeu a incapacidade dos mercados e promoveu uma política económica activa (1933/37). Esta foi validada pela obra de Keynes (1936), que mudou a nossa leitura da sociedade. Entretanto o Relatório do Banco de Portugal (1930) vangloriava-se de Salazar ser um exemplo europeu ao promover o equilíbrio orçamental contra a crise. Na Europa associou-se fascismo e austeridade, uma bomba explosiva de conflitos sociais e de crimes.

A história parece repetir-se em ondas cíclicas de olvido e estupidez, expressão do domínio económico dos senhores do dinheiro, do poder e das ideias. O keynesianismo mostrou a sua capacidade para controlar, fiscalizar e gerir. A experiência anterior foi demasiado sangrenta e inumana para ser esquecida; as instituições internacionais e a tecnologia criaram novas vias de cooperação, embora também de concorrência. Roosevelt alertava para as semelhanças entre os capitalistas organizados e as máfias e hoje sabemos que liberdade de circulação de

A situação económica contemporânea é mais grave do que nos anos 30

O capital fictício é maior que nunca, goza de uma licença de movimentação mundial

capitais e democracia são dinâmicas em conflito.

A presente crise “só” tem sete anos. Outros existirão ainda de amargura e surpresas se se continuar a trilhar estes caminhos europeus da ignomínia intelectual e política. A situação económica contemporânea é mais grave que nos anos 30. A produção foi transferida dos países capitalistas centrais, que guardaram para si a actividade financeira de apropriação de renda, para a China e outros mais. O capital fictício é maior que nunca, goza de uma licença de movimentação mundial, está fortemente concentrado e agrava as desigualdades sociais. O “ódio de classe é hoje dos ricos contra os pobres”, dos que mandam contra os que sobrevivem, arrasando o humanismo e a justiça, gerando ideologias com arrasadora capacidade de divulgação. Na confluência entre a redução da carga fiscal, para os mais ricos e as grandes empresas mundiais, com a degradação ética e o individualismo exacerbado, entre a lucratividade sem responsabilidade social e o crime organizado, estão os paraísos fiscais e judiciais, numa nuvem mundial liderada por Londres, os Estados Unidos e outros países “bem comportados”.

O resultado é simples: as desigualdades económicas aumentam, a ideologia neoliberal expande-se, os impos-

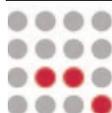
tos são gravosamente pagos pelas pequenas e médias empresas e pelos trabalhadores por conta de outrem.

Como afirmou Black (2005), a melhor forma de roubar um banco é ter um. A experiência portuguesa também o comprova, apesar das declarações peremptórias de ministros e governadores, desde o início desta crise, de que os bancos portugueses não praticaram os desvarios ianques e são sólidos. São muitas as “excepções”, mas as nossas “coroas de glória” são indubitavelmente o BPN e o BES.

O Banco Central Europeu não confia nos estados e a manipulação do mercado monetário e da dívida é feita pelos impolutos bancos. Mas quando tão talentosos engenheiros financeiros, doutores honoris causa pelo seu empreendedorismo, defraudam e roubam é o Estado que intervém, que garante a validade das medidas adoptadas, porque só ele tem a capacidade jurídica de fazer que tais crimes sejam pagos pelos cidadãos honestos.

A procissão do Espírito Santo saiu do átrio. Aguardemos com temor as revelações demoníacas no seu percurso.

Escreve à sexta-feira



OBEGEF
Observatório de Economia e Gestão de Fraude



Ainda não sabemos tudo o que aconteceu: aguardamos as revelações

SESSÕES CONTINUAS**LAURO ANTÓNIO****DR. JEKYLL AND MR. HYDE**

Não gosto de julgar publicamente o comportamento das pessoas antes de os tribunais as condenarem ou absolverem em relação aos crimes de que são acusadas. Acho que a máxima que impõe que todos são “inocentes até prova em contrário” se deve ter sempre em mente. O que, calculo, deva ser um problema grande para os jornalistas que, por um lado têm o dever de investigar e divulgar e, por outro, a responsabilidade de não julgar antes do tribunal. Por outro lado, tenho a certeza que a democracia pode ter muitas fraquezas, mas tem a enorme virtude de permitir este escrutínio público que torna (mais) claro o que em ditaduras nunca seria sequer visível.

O caso BES tem o condão de demonstrar mais uma vez essa evidência. Se não vivêssemos, apesar de tudo, em democracia, o mais certo é que o caso todo fosse abafado, os do costume pagavam os prejuízos sem o saberem, e a ditadura prosseguia a sua marcha. Salazar ou Franco, Hitler ou Mussolini, Estaline ou Mao Tsé Tung, Pinochet ou o inenarrável Kim Jong-un, cada um à sua maneira, teria as suas fórmulas secretas para, se fosse caso disso, se ajudasse ao regime, sufocarem à nascença o dislate bancário. Por cá, veremos no que dá a justiça, mas já percebemos quem vai pagar a conta, por muito que governantes (do governo) e do Banco de Portugal queiram dar a entender o contrário. De resto, esta psicanálise bancária, dividindo o BES entre “o médico e o monstro”, vai certamente ainda dar muito que falar.

Mas num aspecto tenho pena da família Espírito Santo. Se eu um mês me atraso no pagamento das mensalidades dos cartões de crédito, os telefones não param de tocar, lembrando-me a falha das mais diversas formas, que por vezes chegam à intimidação. Os telefones dos familiares Espírito Santo devem estar a tocar ininterruptamente das oito da manhã à meia-noite. Ora isso não dá descanso a ninguém!

Escreve à sexta-feira